



EDUARDO GONZALO ESCABOSA

FILIAÇÃO: sem informações

DATA E LOCAL DE NASCIMENTO: 5/3/1947

ATUAÇÃO PROFISSIONAL: sem informações

ORGANIZAÇÃO POLÍTICA: Montoneros

DATA E LOCAL DE MORTE: 2/8/1980, entre Porto Meira, em Foz do Iguaçu (PR), e Puerto Iguazú, cidade da província de Misiones, na Argentina

BIOGRAFIA

Da pouca documentação encontrada, sabe-se que Eduardo Gonzalo Escabosa era companheiro de Liliana Inés Goldemberg. Ambos militavam na organização política Montoneros. Devido à repressão política instalada na Argentina durante o regime ditatorial, viveram exilados na Espanha entre 1977 e 1980. Em meados deste último ano, tentaram retornar à Argentina para continuar a luta contra a ditadura militar. Na travessia, feita por Foz do Iguaçu, foram interceptados por policiais brasileiros, no dia 2 de agosto de 1980.

CONSIDERAÇÕES SOBRE O CASO ATÉ A INSTITUIÇÃO DA CNV

O nome de Eduardo Gonzalo Escabosa consta no *Dossiê ditadura: mortos e desaparecidos políticos no Brasil (1964-1985)*. Sua morte foi denunciada à Comissão Nacional sobre o Desaparecimento de Pessoas (Conadep), na Argentina.

CIRCUNSTÂNCIAS DE MORTE

Em 1980, após o período de exílio na Espanha, Eduardo Gonzalo Escabosa e sua companheira, Liliana Inés Goldemberg, tentaram retornar para a Argentina passando pelo Brasil. Porém, foram identificados pelas forças repressivas no dia 2 de agosto de 1980, em Puerto Iguazu – região fronteira

entre Paraguai, Brasil e Argentina. Tentaram atravessar a fronteira, embarcando na lancha Caju IV. Antes de chegarem ao lado argentino, dois policiais brasileiros que estavam a bordo mandaram o piloto parar a lancha e apontaram as armas para Eduardo e Liliana. Naquele momento, outros policiais, vindos da fronteira argentina, reforçaram o cerco. Eduardo e Liliana ajoelharam-se diante de um grupo de religiosos que ali estavam e gritaram que eram perseguidos políticos. Por temor à tortura e encarceramento, ambos ingeriram uma forte dose de cianureto que os levou à morte instantes depois. Por serem companheiros e terem morrido nas mesmas circunstâncias, o nome de Eduardo vem sempre associado ao de Liliana.

Em matéria publicada em fevereiro de 2004, o jornalista Aluizio Palmar revelou informações coletadas em sua investigação sobre o caso, que elucidaram aspectos das circunstâncias das mortes dos militantes. Eduardo e Liliana tentaram atravessar a fronteira, embarcando na lancha Caju IV, conduzida por Antonio Alves Feitosa, conhecido na região como “Tatu”. Antes que chegassem ao destino, dois policiais brasileiros que estavam a bordo os renderam. Naquele momento, outros policiais, vindos da fronteira argentina, reforçaram o cerco. Com a iminência da prisão, conforme os registros do jornalista,

Liliana e Eduardo se ajoelharam diante de um grupo de religiosos que estava a bordo e gritaram que eram perseguidos políticos e preferiam morrer ali a serem torturados. Em seguida abriram um saco plástico, tiraram uns comprimidos e os engoliram bebendo a água barrenta do rio Paraná. Morreram em 30 segundos, envenenados por uma dose fortíssima de cianureto.¹

Após o ocorrido, o condutor do barco foi convocado a comparecer à Capitania dos Portos de Foz do Iguaçu e à Prefeitura Naval de Puerto Iguazú, onde foi orientado a ignorar o episódio do dia 2 de agosto. As testemunhas da morte do casal desapareceram. Em depoimento, Aluizio Palmar afirma que, ao investigar a ocorrência para o jornal *O Globo*, se dirigiu até a citada Capitania, onde obteve a seguinte resposta: “o incidente ocorrerá do ‘lado de lá’”. Em seguida, foi convidado a se retirar do local. A atitude dos agentes do Estado brasileiro indicava que as questões acerca do episódio corriam em sigilo absoluto, com a negação de qualquer envolvimento. Porém, como aponta o jornalista, as mortes aconteceram em uma embarcação brasileira, que estava sob jurisdição nacional.

Por meio de um documento do Serviço Nacional de Informações (SNI), de 12 de agosto de 1980, pode-se comprovar que os órgãos de segurança do Brasil tinham informações detalhadas sobre as mortes e as compartilharam com as autoridades argentinas.

No ano de 2012, novas revelações sobre o caso foram realizadas por Aluizio Palmar, por meio da divulgação de um documento militar paraguaio intitulado *Ingreso de terroristas argentinos a su país a través del nuestro*, localizado no “Arquivo do terror”, em Assunção. O documento trazia informações coletadas pelo serviço de inteligência da Marinha argentina e recomendava a difusão das mesmas aos órgãos de segurança brasileiros. A descoberta dessa documentação sugere que havia uma articula-

ção entre Argentina, Paraguai e Brasil no monitoramento do casal.

Eduardo morreu aos 30 anos de idade, em decorrência de suicídio por envenenamento, na iminência de ser preso. Seu caso integra a “Operação Condor”, nome dado à aliança entre as ditaduras instauradas nos países do Cone Sul na década de 1970, com o objetivo de vigiar, sequestrar, torturar, assassinar e fazer desaparecer militantes políticos que faziam oposição aos regimes militares da região.

LOCAL DE MORTE

Região entre Porto Meira, em Foz do Iguaçu, PR, e Puerto Iguazú, cidade da província de Misiones, na Argentina.

IDENTIFICAÇÃO DA AUTORIA

1. CADEIA DE COMANDO DO(S) ÓRGÃO(S)

ENVOLVIDO(S) NA MORTE

1.1. CENTRO DE INFORMAÇÕES DO EXÉRCITO (CIE)

Presidente da República: general de Exército João Baptista de Oliveira Figueiredo

Ministro do Exército: general de Exército Walter Pires de Carvalho e Albuquerque

Chefe do CIE: general de Brigada Geraldo Araújo de Ferreira Braga

Chefe de Operações do CIE: coronel José Antônio Nogueira Belham

1.2. CENTRO DE INFORMAÇÕES DA MARINHA (CENIMAR)

Presidente da República: general de Exército João Baptista de Oliveira Figueiredo

Ministro da Marinha: almirante de Esquadra Maximiano Eduardo da Silva Fonseca

Chefe do CENIMAR: contra-almirante Luiz Augusto Paraguassu de Sá

FONTES PRINCIPAIS DE INVESTIGAÇÃO

1. DOCUMENTOS QUE ELUCIDAM CIRCUNSTÂNCIAS DA MORTE

IDENTIFICAÇÃO DA FONTE DOCUMENTAL	TÍTULO E DATA DO DOCUMENTO	ÓRGÃO PRODUTOR DO DOCUMENTO	INFORMAÇÕES RELEVANTES
Arquivo Nacional, SNI: BR_DFANBSB_V8_APA_ACE_4501_82, pp. 1-4.	Informe nº 22-078/80-SI/SR/DPF/RS, p. 1, 12/8/1980.	Serviço de Informações da Superintendência Regional da Polícia Federal no Rio Grande do Sul.	Relata data, local e motivo da morte de Eduardo.
Arquivo da CNV, 00092.001515/2013-78.	<i>Ingreso de terroristas argentinos a su país</i> através del nuestro, s/d, ano de 1980.	Estado Maior do Exército do Paraguai	Coordenação repressiva entre Brasil, Paraguai e Argentina, com vistas à captura de militantes Montoneros na tríplice fronteira.

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES PARA O CASO

Diante das investigações realizadas, conclui-se que Eduardo Gonzalo Escabosa, ao ser abordado por militares, sob o risco de ser preso e torturado, suicidou-se, em contexto de sistemáticas violações de direitos humanos promovidas pela ditadura militar implantada no país, a partir de abril de 1964.

Recomenda-se a continuidade das investigações sobre as circunstâncias do caso, para identificação e responsabilização dos demais agentes envolvidos.

1 – PALMAR, Aluizio. *Onde foi que vocês enterraram nossos mortos?* Curitiba: Travessa dos Editores, 2005.